

Editorial



O Plano

Para quem avisou que a reestruturação da SATA iria doer e comparando com as medidas que vão ser aplicadas na TAP, o Plano de Reestruturação da empresa açoriana, finalmente apresentado em “traços gerais”, até é bastante benevolente.

Algumas das previsões fazem lembrar outras semelhantes, de outras administrações, que se revelaram um autêntico fracasso.

Seja como for, o documento não é para satisfazer accionistas, mas sim os burocratas de Bruxelas.

E a julgar pela atitude de Bruxelas em relação à reestruturação de outras companhias europeias, é muito provável que as intenções açorianas não passem no crivo dos gabinetes de formalidades europeias.

Este Plano encerra muitas lições.

A primeira de todas é que não é Bruxelas que vai pagar pela gestão irresponsável destes últimos anos na SATA.

Somos nós, açorianos, que vamos pagar pela nossa apatia, enquanto cidadãos, face à gestão ruínosa dos políticos que tutelaram a SATA e pela incompetência de muitos administradores que por lá passaram.

A primeira lição a retirar é que devemos ser mais exigentes com a qualidade da governação e com as escolhas que se fazem na gestão da coisa pública.

A segunda lição é uma consequência de profunda injustiça.

Os trabalhadores da SATA vão ser sacrificados por uma situação para a qual não contribuíram.

São dos melhores profissionais da aviação do mundo e não é justo que sejam os mais sacrificados no imediato, com esta reestruturação, porque a má gestão não foi culpa deles.

Agora, o que é preciso é que não desanimem e que estes próximos anos de sacrifício não lhes retirem a motivação de sempre para manter a nossa companhia como nosso orgulho de sempre.

É outra lição, para que também sejam exigentes, como nós cidadãos, numa melhor e mais competente gestão da empresa.

Quando o pesadelo terminar, a Região deve agradecer os sacrifícios e pedir desculpa pelos erros cometidos, com a certeza de que não se repetirão.

Politicamente, o anterior governo já foi julgado, mas na substância deste caso, que foi a ruína da SATA, há que criar mecanismos legais para chamar à responsabilidade os administradores públicos e respectivos titulares políticos que gerem as empresas com outros propósitos que não o bem público.

É outra lição derradeira que encerra este Plano.

Emigrante corvino Carlos Rafael já saiu da prisão

O empresário Carlos Rafael está perto do fim da pena de prisão a que foi sentenciado e já se encontra em confinamento domiciliário, aliás numa bela casa nova em Dartmouth.

Mas os problemas de Rafael com a justiça não terminaram e agora é uma disputa legal sobre a venda de barcos de pesca que lhe pertenciam e que será levada a tribunal estadual em Massachusetts no fim deste mês.

Rafael, que é natural da ilha do Corvo, começou a fazer filetes e tornou-se um dos maiores magnatas da pesca nos EUA, até ser acusado de fraude no pescado.

Segundo os investigadores, os barcos de Rafael alegavam pescar peixes abundantes como o arenque, quando na verdade traziam espécies que estão sujeitas a cotas mais rígidas. Ainda por cima, contrabandeava o produto das vendas para Portugal.

Rafael foi condenado a quase quatro anos de prisão em 2017 por evasão de cotas e contrabando de lucros para o exterior.

O resultado do caso do governo contra Rafael incluiu a alienação forçada dos seus ativos e a proibição permanente da pesca comercial.

Rafael afirma que não fez nada de errado, mas desfez-se dos barcos. Contudo, a firma de New Bedford que estava interessada em comprar os barcos do armador processou-o com uma reclamação de que ele não honrou o acordo de preferência para venda dos barcos.

A firma Base Inc. entrou com uma ação em setembro de 2019, alegando que sofreu milhões de dólares em danos porque não foi capaz de comprar os barcos.

O advogado de Rafael, John Markey, disse que está lutando contra o processo no tribunal.

O caso foi agendado para uma audiência pré-julga-



mento no dia 1 de fevereiro, que foi adiada pela neve, e está aguardando uma nova data neste mês, disse Markey.

A Base Inc. processava o peixe que vinha nos navios de Rafael e o seu advogado disse que o leilão “sempre foi apropriado e está confiante de que prevalecerá”.

*Exclusivo Portuguese Times/
Diário dos Açores*

Biden retira punição financeira para imigrantes que façam carta de chamada a familiares

O presidente Joe Biden assinou três ordens executivas a semana passada, uma das quais removendo a punição financeira imposta pela anterior Administração aos imigrantes que fazem carta de chamada para familiares.

A Administração exigiu que os patrocinadores reembolsassem o governo se os familiares recebessem benefícios públicos como, por exemplo, senhas de comida.

A punição foi imposta em maio de 2019 por meio do “Memorando sobre o cumprimento das responsabilidades legais dos patrocinadores de estrangeiros”.

As orientações da gestão anterior também impedem estrangeiros de obterem o cartão verde se tiverem requerido assistência social por 12 meses no período de três anos.

A revisão proposta por Biden abordará também, a pedido da American Civil Liberties Union, a situação legal de milhares de famílias que foram separadas, bem como uma compensação financeira para essas famílias e advogados às custas do governo.

Uma revisão da segurança da fronteira incluirá uma política que faz com que os requerentes de asilo esperem nas cidades da fronteira mexicana por audiências no tribunal de imigração dos EUA.

Promessa de campanha

É um passo em direção ao cumprimento de uma promessa de campanha para acabar com a política de “Permanecer no México” que afetou cerca de 70.000 pessoas que pediram asilo desde janeiro de 2019.

Biden não corrigiu o congelamento de muitos vistos

de trabalho temporários e green cards enquanto a economia recupera da pandemia, como alguns esperavam e muitas mudanças terão que vir de agências como Segurança Interna, não da Casa Branca.

Biden está mudando muita legislação do tempo de Trump

Mas as ordens demonstram que, assim como Trump fez as políticas de imigração da Casa Branca, Biden pode desfazê-las com o toque de uma caneta – algumas mais facilmente do que outras. Mudanças mais duradouras terão que ser aprovadas pelo Congresso, um trabalho assustador que Trump e os seus predecessores Barack Obama e George W. Bush não conseguiram realizar.

Grupos pró-imigração aplaudiram amplamente os últimos movimentos de Biden, embora se tenham mantido mais silenciosos do que se esperava.

Com as ordens sobre separação familiar, segurança de fronteira e imigração legal elevam-se para nove o número de ações executivas sobre imigração nas duas primeiras semanas de Biden na Casa Branca.

A legislação proposta para legalizar cerca de 11 milhões de imigrantes indocumentados que vivem no país será a solução de um grande problema, mas provavelmente demorará muito mais do que o mandato de Biden para reunir de um Congresso profundamente dividido

*Exclusivo Portuguese Times/
Diário dos Açores*